



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 011/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2023

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado a Inexigibilidade de Licitação nº 03/2023, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **NELTON BRUM**, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **MASSAGO ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA**, com Av. Carneiro Leão, 294 – Zona Armazem - Maringá/PR, inscrita sob o CNPJ de n.º 37.690.105/0001-20, neste ato representado pela seu sócio administrador o Sr. João Claudio Massago de Mello, brasileiro, casado, advogado, portador da RG n.º 5.154.197- SESP/PR e do CPF/MF 030.564.889-66, doravante denominado **CONTRATADA**, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira – Do objeto – Contratação de empresa especializada para ministrar curso de capacitação sobre Lei nº 14.133/21 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES) para servidores municipais, incluindo a revisão de decretos, portarias, minutas e Leis Municipais, em formato presencial “in company”.

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto a Inexigibilidade de Licitação nº 03/2023, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

Cláusula Terceira – Do preço, condições de pagamento, do reajustamento. O preço será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) . O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação dos serviços. Não haverá qualquer reajustamento ou atualização de preços.

Cláusula - Quarta – Da duração e do crédito orçamentário – O presente contrato expira-se em 27 de Abril de 2023. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	550	03.001.04.122.0002.2021	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

- 1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;**
- 2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;**
- 3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;**
- 4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;**
- 5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.**

Clausula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93. Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

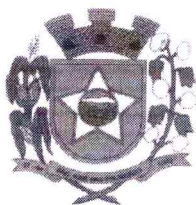
Cláusula Sétima: A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava: Os serviços deverão prestados pela(s) CONTRATADA(S), em favor do Município de São José das Palmeiras, no dia e horário determinados pelo município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Único - O Curso de capacitação deverá ser ministrado no auditório da Câmara Municipal de São José das Palmeiras-PR, sito a Rua Marechal Castelo Branco, 995 centro, em data a ser definida pela Administração.

Clausula Nona – A Contratada deverá responsabilizar-se pelas despesas de estadia, alimentação, traslado dos instrutores para a realização dos trabalhos.

Cláusula Décima – A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela servidora, Sra. Danubia Cássia da Silva Bernabé, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda – Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “pratica corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “pratica obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

2. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 27 de fevereiro de 2023.

NELTON

BRUM:84050209934

Assinado de forma digital por

NELTON BRUM:84050209934

Dados: 2023.02.28 08:18:41
-03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

MASSAGO ASSESSORIA CONSULTORIA E
TREINAMENTOS LTD:37690105000120

Assinado de forma digital por MASSAGO ASSESSORIA
CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTD:37690105000120
Dados: 2023.02.27 15:48:59 -03'00'

MASSAGO ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA.
Contratado

Testemunhas:

Sandric R. Souza
Rg. 5667.909-0
Claudimí Ferreira
RG: 6.153/320-6



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 011/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 03/2023.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para ministrar curso de capacitação sobre Lei nº 14.133/21 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES) para servidores municipais, incluindo a revisão de decretos, portarias, minutas e Leis Municipais, em formato presencial “in company”.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADA: MASSAGO ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA.

VALOR: O preço será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato expira-se em 27 de Abril de 2023.

São José das Palmeiras, em 27 de fevereiro de 2023.


NELTON BRUM

Prefeito Municipal

